

BENEFÍCIOS PARA OS PEQUENOS NEGÓCIOS



Regularização
fiscal tardia



Desempate –
em caso de
empate ficto



Licitação
exclusiva



Subcontratação



Reserva de
cota exclusiva



Compras locais
e regionais

REGULARIZAÇÃO FISCAL TARDIA

Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da MPE, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

DESEMPATE – EM CASO DE EMPATE FICTO

Como critério de desempate, a preferência de contratação é para as MPEs. Entende-se como empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% superiores à proposta mais bem classificada.

Obs.: na modalidade de pregão, será considerado o intervalo de até 5% superior ao melhor preço. Isso quer dizer que a MPE tem o direito de efetuar mais um lance para “cobrir” a oferta de outras empresas que não sejam pequenos negócios.

LICITAÇÃO EXCLUSIVA

A administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de MPEs nos itens de contratação cujo valor for de até R\$ 80.000,00. Esse benefício também é obrigatório para as dispensas tratadas nos incisos I e II do art. 24, da Lei 8.666/1993, onde a exclusividade se dá por item.

SUBCONTRATAÇÃO

É um benefício que depende da atitude do administrador público, pois deve indicar a obrigatoriedade no edital. Esse benefício é restrito somente a obras e serviços, em que deverá prever simplificação de operação para facilitar contratação e a empresa vencedora do edital poderá indicar o rol de empresas a serem subcontratadas e a responsabilidade de cada uma.

RESERVA DE COTA EXCLUSIVA

Ocorre de duas formas: por lote exclusivo ou por itens exclusivos para MPEs em até 25% do valor do edital de licitação. A administração pública deverá estabelecer, em certames para a aquisição de bens de natureza divisível, cota de 25% do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

COMPRAS LOCAIS E REGIONAIS

A lei diz no art. 48, no 3º parágrafo, que os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratações para as MPEs sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% do melhor preço válido.